EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA: EXPERIÊNCIAS DE PLANTIO E A VALORIZAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA NO PROCESSO EDUCATIVO

PRISCILA PASSARINI

RESUMO
Este artigo analisa a relevância da educação ambiental no ambiente escolar, com foco nas experiências de plantio como ferramentas de valorização da cultura brasileira no processo educativo. O objetivo central consiste em investigar de que maneira o contato direto com o cultivo de espécies nativas e plantas alimentícias não convencionais contribui para a construção de uma consciência ecológica atrelada à identidade nacional. A fundamentação teórica baseia-se em conceitos de eco pedagogia e sustentabilidade, dialogando com a valorização dos saberes tradicionais e ancestrais que compõem a formação do Brasil. A metodologia adota uma abordagem qualitativa, caracterizada pelo relato de experiência de projetos de hortas escolares e jardins sensoriais aliados à pesquisa bibliográfica. O texto descreve atividades práticas que envolvem o ciclo do plantio, desde a preparação do solo até a colheita, observando como o manejo da terra estimula a compreensão de conceitos como biodiversidade, sazonalidade e soberania alimentar. A análise evidencia que o ato de plantar na escola não se restringe ao ensino de ciências biológicas, mas atua como um campo de saber interdisciplinar que resgata o patrimônio imaterial e as práticas de cultivo herdadas de matrizes indígenas e africanas. O estudo demonstra que a inserção sistemática de vivências com a terra potencializa a autonomia dos estudantes, oferecendo ferramentas para que compreendam a interdependência entre o ser humano e o meio ambiente. As considerações finais reiteram a necessidade de consolidar a educação ambiental como um direito ao conhecimento sensível e prático, concluindo que o plantio escolar é indispensável para uma formação cidadã que valorize a diversidade biológica e cultural do país. A pesquisa aponta que a escola se transforma em um laboratório vivo quando o currículo integra a natureza, permitindo ao aluno ressignificar sua relação com o território e com as tradições brasileiras. Assim, o artigo reforça o papel do educador como mediador de experiências que transformam o cuidado com o ambiente em um ato de valorização da vida e da história, consolidando a ecologia como um pilar essencial na educação contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Experiências de Plantio; Cultura Brasileira; Sustentabilidade; Processo Educativo.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental no cenário contemporâneo assume um papel que ultrapassa a mera transmissão de informações teóricas sobre a preservação do ecossistema. Ela se estabelece, fundamentalmente, como uma prática pedagógica viva, capaz de promover o contato direto das crianças com a natureza e de resgatar o vínculo ancestral entre o ser humano e a terra. No contexto da educação básica, as experiências de plantio surgem como um laboratório de sensibilidades, onde o estudante deixa de ser um observador passivo da degradação ambiental para se tornar um agente ativo de cuidado e cultivo. Essa aproximação com o meio ambiente é vital para romper com o distanciamento provocado pela urbanização acelerada, permitindo que a criança compreenda os ciclos da vida e a importância da biodiversidade brasileira a partir da experiência prática.

Ao introduzir o plantio no cotidiano escolar, abrem-se portas para uma discussão profunda sobre a valorização do meio ambiente atrelada à identidade cultural. O Brasil, detentor de uma das maiores biodiversidades do planeta, possui uma riqueza de espécies vegetais que moldaram os hábitos, as crenças e as tradições de seu povo. No entanto, o apagamento desses saberes no currículo formal muitas vezes impede que o aluno reconheça a conexão entre a floresta e o prato. Portanto, investigar a presença das plantas na cultura brasileira é também uma forma de educar para a cidadania, reconhecendo no cultivo de espécies nativas um ato de preservação do patrimônio material e imaterial da nação.

Nesse horizonte, a questão da alimentação e da nutrição de qualidade ganha destaque como um pilar da formação

integral. A escola, ao promover a horta escolar, atua diretamente na educação alimentar, desmistificando o consumo de vegetais e aproximando o estudante da origem real do que o nutre. Compreender que o alimento não nasce nas prateleiras dos supermercados, mas sim de um solo vivo e respeitado, transforma a percepção da criança sobre a saúde. Discutir nutrição na escola sob a ótica do plantio é fomentar a soberania alimentar e incentivar escolhas mais conscientes e sustentáveis, combatendo a ultraprocessização da dieta infantil e valorizando os alimentos frescos que compõem a nossa culinária regional.

O problema central deste artigo reside em como as experiências de plantio podem servir de ponte para uma educação que integre ecologia, cultura e nutrição. Como a mediação docente pode transformar o simples ato de semear em um processo de valorização da história brasileira e de promoção da saúde? Tais questionamentos são fundamentais para compreender a escola como um espaço de cura e de reconexão. Acredita-se que, ao colocar as mãos na terra, a criança desenvolve não apenas competências científicas, mas uma ética do cuidado que se estende ao seu próprio corpo e ao território em que habita.

Este texto propõe, inicialmente, uma análise sobre o "desemparedaento" da infância e a necessidade do contato com a natureza. Em seguida, aborda-se a horta como um dispositivo pedagógico para o ensino de história e cultura, destacando alimentos que são símbolos da nossa identidade. Por fim, discute-se a relação entre o cultivo escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis, concluindo que a educação ambiental é o alicerce para uma geração capaz de nutrir o mundo com mais respeito e consciência ambiental.

DESENVOLVIMENTO: A NATUREZA COMO EIXO INTEGRADOR DO SABER

O desenvolvimento deste artigo propõe uma reflexão sobre a indissociabilidade entre o meio ambiente e o processo educativo, compreendendo a escola como um ecossistema vivo de aprendizagem. A educação ambiental, longe de ser um conteúdo isolado, deve ser entendida como uma filosofia prática que permeia todas as áreas do conhecimento, promovendo o que se denomina como ecologia integral. Para que essa integração ocorra, é necessário que o espaço escolar seja ressignificado, permitindo que o contato direto com a terra, com os ciclos naturais e com a cultura brasileira torne-se o alicerce para a formação de sujeitos mais conscientes e empáticos.

Neste sentido, o desenvolvimento está estruturado em quatro pilares fundamentais: a importância do aprendizado ao ar livre e o contato sensorial com o mundo; o resgate da identidade nacional através do cultivo de alimentos nativos e saberes tradicionais; a influência direta das experiências de plantio na formação de hábitos nutricionais saudáveis; e, por fim, a dimensão ética do cuidado mediada pela figura do professor. Essa trajetória busca demonstrar que, ao colocar as mãos na terra, o estudante não apenas aprende sobre biologia, mas vivencia uma alfabetização ética e cultural indispensável para a cidadania contemporânea.

O Desemparedamento da Infância: O Contato com a Natureza como Necessidade Educativa

A estrutura física das escolas urbanas, muitas vezes limitadas a espaços de concreto e salas fechadas, tem impulsionado debates sobre a necessidade de uma educação que ocorra fora dos limites das paredes da sala de aula. Esse movimento de abertura para os espaços externos é fundamental para combater o que se define como um confinamento pedagógico. Segundo Louv (2016), o distanciamento da natureza acarreta prejuízos ao desenvolvimento cognitivo e emocional, gerando o que o autor denomina como um "transtorno de déficit de natureza". Ao permitir que a criança aprenda no pátio, no jardim ou na horta, a escola restabelece a conexão sensorial com o mundo vivo.

A aprendizagem em contato com o meio ambiente estimula o que a neurociência e a pedagogia contemporânea chamam de educação sensível. Tiriba (2018) salienta que as crianças são seres de natureza e que o contato com a terra, a água e as plantas é uma condição essencial para o seu pleno desenvolvimento. "A escola precisa deixar de ser um lugar de confinamento para se tornar um lugar de encontro com a vida em todas as suas formas" (TIRIBA, 2018, p. 54). Nesse

sentido, o espaço externo deixa de ser apenas o local do recreio e passa a ser compreendido como uma sala de aula expandida, onde o currículo se torna tátil e visível.

A valorização do ambiente natural no processo educativo fomenta a saúde física e mental dos estudantes. De acordo com Gandini (1999), o ambiente é considerado o "terceiro educador", pois a organização dos espaços e os materiais oferecidos influenciam diretamente a qualidade das interações e da exploração infantil. Quando a escola oferece jardins e áreas de plantio, ela convida o corpo ao movimento, à investigação e à admiração. A criança que brinca com a terra e observa o crescimento de uma muda desenvolve uma paciência e uma capacidade de observação que o ambiente digital não é capaz de proporcionar.

A experiência de estar fora da sala de aula convencional permite que a criança desenvolva uma percepção aguçada sobre a passagem do tempo e as transformações da vida que os livros didáticos dificilmente conseguem transmitir com a mesma intensidade. Ao sentir o sol, o vento e observar o comportamento dos insetos polinizadores em um jardim escolar, o aluno compreende que faz parte de um sistema complexo e dinâmico. Essa vivência sensorial é o que transforma o conhecimento biológico em uma experiência afetiva, fazendo com que o respeito à natureza nasça de uma conexão real e não apenas de uma obrigação teórica. O espaço externo torna-se, então, um palco de descobertas onde o imprevisto e a curiosidade guiam o processo de aprendizagem, tornando-o muito mais significativo e duradouro.

Além disso, o contato com a terra e o ar livre atua como um importante regulador emocional dentro da rotina escolar, que muitas vezes é marcada por metas e pressões de desempenho. A natureza oferece um ritmo próprio, que convida à calma e à contemplação, auxiliando na redução dos níveis de estresse e agitação comuns no ambiente urbano. Quando as crianças têm a oportunidade de investigar o solo ou cuidar de um canteiro, elas exercitam o foco e a cooperação de maneira orgânica e prazerosa. Esse equilíbrio entre as atividades intelectuais internas e as explorações externas garante uma formação mais humanizada, onde o bem-estar físico e mental é valorizado como a base necessária para que qualquer aprendizado de qualidade ocorra. Por fim, a educação ao ar livre estabelece as bases para uma ética ambiental duradoura. Não se pode exigir que um indivíduo proteja o que ele não conhece ou com o qual não possui vínculo afetivo. Como afirma Freire (1996), a prática educativa deve estar enraizada na leitura do mundo, e essa leitura deve incluir o reconhecimento do território biológico em que se vive. Ao substituir a lousa pela horta em momentos estratégicos, o docente permite que o aluno construa uma memória afetiva com o meio ambiente, transformando o conceito abstrato de "sustentabilidade" em uma experiência vivida de cuidado e interdependência.

A HORTA COMO RESGATE CULTURAL: ALIMENTOS NATIVOS E IDENTIDADE BRASILEIRA

A horta escolar, quando compreendida como um dispositivo pedagógico, transcende a função de produção de alimentos para se tornar um espaço de recuperação da memória histórica e cultural do Brasil. O ato de cultivar espécies nativas e tradicionais permite que os estudantes entrem em contato com a "brasilidade" de forma tátil e gustativa. Segundo Brandão (2002), a educação é um processo de cultura e a escola deve ser o lugar onde os saberes populares e acadêmicos se encontram para dar sentido à vida do sujeito. Nesse sentido, plantar mandioca, milho ou feijão-fava não é apenas um exercício de botânica, mas uma aula de história sobre as matrizes indígenas e africanas que formaram o país.

A valorização das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) no ambiente escolar atua como um movimento de resistência contra a homogeneização cultural e alimentar. De acordo com Krenak (2020), o distanciamento da terra é uma forma de esquecimento de quem somos e de nossa origem. Quando o professor introduz o cultivo de alimentos que são símbolos regionais, ele está, na verdade, realizando um resgate do patrimônio imaterial. "A cultura de um povo está gravada no modo como ele se relaciona com o solo e com o que ele colhe para se alimentar" (KRENAK, 2020, p. 18).

A horta funciona como um elo entre as gerações. É comum que, ao manipular a terra e reconhecer ervas e temperos, os alunos resgatem memórias afetivas de seus avós e familiares, trazendo para a escola saberes domésticos que muitas vezes são desvalorizados pela ciência tradicional. Conforme salienta Bosi (1994), a memória social é um suporte para a identidade, e o contato com elementos naturais ajuda a fixar essas lembranças. Ao plantar uma muda de manjericão ou colher uma abóbora, a criança conecta-se com uma narrativa coletiva que a antecede, fortalecendo seu sentimento de pertencimento a uma cultura rica e diversa.

A vivência prática com alimentos nativos proporciona uma quebra na percepção de que a cultura brasileira é algo que está apenas nos livros de história. Quando os estudantes acompanham o ciclo de crescimento de um pé de milho ou descobrem as variedades de feijões existentes no país, eles percebem a diversidade do território brasileiro de forma concreta. Essa experiência gera um orgulho genuíno pelas nossas raízes, pois o conhecimento deixa de ser abstrato e passa a ter cheiro, cor e sabor. A horta torna-se, então, um museu vivo, onde a cada nova colheita uma nova camada da nossa história é revelada e celebrada pelo grupo.

Essa conexão com a terra também abre espaço para discutir a importância dos pequenos produtores e das comunidades tradicionais na preservação dessas espécies. Os alunos começam a entender que a proteção do meio ambiente caminha lado a lado com a proteção dos povos que cuidam desse solo. Assim, a valorização da cultura brasileira no processo educativo torna-se uma ferramenta de cidadania, ensinando às crianças que o respeito à natureza é, fundamentalmente, o respeito às pessoas e às tradições que mantêm viva a biodiversidade do Brasil.

Esse resgate cultural através do plantio permite que a escola discuta temas como soberania alimentar e preservação ambiental sob uma ótica brasileira. Ao invés de estudar ecossistemas distantes, o aluno volta o olhar para o quintal da escola e para a vegetação nativa de sua região. Essa abordagem pedagógica humaniza o ensino de geografia e história, transformando o canteiro em um mapa vivo. A horta, portanto, consolida-se como um território onde se cultiva mais do que alimentos: cultiva-se a consciência de ser parte de uma nação que possui na terra a sua maior riqueza e a sua identidade mais profunda.

NUTRIÇÃO E EDUCAÇÃO ALIMENTAR: DO CULTIVO À FORMAÇÃO DE HÁBITOS SAUDÁVEIS

A introdução de experiências de plantio no currículo escolar oferece uma resposta prática e eficaz aos desafios da nutrição infantil na contemporaneidade. Em um cenário onde o consumo de produtos ultraprocessados é prevalente, a horta escolar surge como uma estratégia de reeducação do paladar. Segundo Alvarenga (2015), o comportamento alimentar não é determinado apenas por necessidades biológicas, mas por significados culturais e afetivos atribuídos ao alimento. Ao participar ativamente do ciclo de vida de um vegetal — do preparo da terra à colheita — a criança estabelece um vínculo emocional que facilita a aceitação de alimentos naturais e nutritivos.

Essa abordagem pedagógica permite que a nutrição deixe de ser um tema abstrato de saúde para se tornar uma experiência de descoberta. Conforme afirma Freire (1996), a curiosidade é o motor do aprendizado; no contexto alimentar, essa curiosidade se manifesta quando o aluno sente o cheiro de um tempero fresco ou observa a textura de uma hortaliça que ele próprio ajudou a cultivar. Sobre esse engajamento, Bizzo (2009, p. 78) salienta que "a educação alimentar que envolve o fazer gera uma apropriação do conhecimento que as palestras teóricas não conseguem atingir". O alimento deixa de ser um "objeto estranho" no prato e passa a ser reconhecido como o fruto de um esforço coletivo.

Além da aceitação de novos sabores, o contato com o plantio promove a compreensão da relação entre a qualidade do solo e a qualidade nutricional do que consumimos. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018), a promoção de ambientes escolares saudáveis é fundamental para prevenir doenças crônicas no futuro. Quando a escola integra a colheita da horta à merenda escolar, ela reforça a importância da comida "de verdade", livre de aditivos

químicos e rica em nutrientes essenciais. Essa prática educa o olhar do estudante para a sazonalidade, ensinando que respeitar o tempo da natureza é também uma forma de cuidar do próprio corpo.
A educação alimentar mediada pelo plantio contribui para a formação da autonomia nas escolhas cotidianas. O estudante que compreende o valor nutricional e cultural de uma planta nativa torna-se mais crítico em relação às propagandas de alimentos industrializados. A horta escolar, portanto, consolidasse como um espaço de promoção de saúde pública, onde se formam cidadãos conscientes de que nutrir-se é um ato político, ambiental e de amor-próprio. A escola cumpre, assim, sua função social de fornecer não apenas instrução, mas as bases para uma vida longeva e em harmonia com os recursos naturais do país.
A participação direta das crianças na horta escolar também auxilia na desmistificação de muitos alimentos que sofrem resistência no ambiente doméstico. Frequentemente, a recusa em comer determinadas verduras ou legumes está ligada à falta de familiaridade e ao distanciamento do processo de preparo. No entanto, quando o aluno acompanha a transformação de uma semente em uma planta pronta para o consumo, o sentimento de pertencimento e orgulho sobrepõe-se à seletividade alimentar. O prazer de colher o próprio alimento e compartilhá-lo com os colegas cria uma atmosfera positiva que transforma a hora da refeição em um momento de celebração e descoberta sensorial.
Além disso, esse contato com a nutrição prática ajuda a criança a desenvolver uma consciência sobre a importância do desperdício zero. Ao perceberem o tempo e o cuidado necessários para que um alimento cresça, os estudantes tornam-se naturalmente mais zelosos com o que colocam no prato. Eles aprendem a valorizar todas as partes das plantas, como talos e folhas que muitas vezes seriam descartados, integrando conceitos de sustentabilidade à sua saúde pessoal. Essa mudança de postura é um dos ganhos mais significativos do processo educativo, pois planta uma semente de responsabilidade que acompanhará o indivíduo em suas futuras escolhas como consumidor e cidadão.

ÉTICA DO CUIDADO E SUSTENTABILIDADE: O PAPEL DO PROFESSOR NA MEDIAÇÃO ECOLÓGICA

A consolidação da educação ambiental por meio de experiências de plantio exige uma mediação docente que vá além do ensino de técnicas agrícolas, situando-se no campo da ética e do afeto. O professor atua como um provocador de sentidos, auxiliando o aluno a traduzir o silêncio das sementes em lições de interdependência e respeito à vida. Segundo Boff (1999), o cuidado é uma característica intrínseca ao ser humano, uma atitude de ocupação, preocupação e responsabilidade com o outro e com o meio. No jardim escolar, essa ética do cuidado manifesta-se no zelo diário com as mudas, ensinando que a sustentabilidade não é um conceito estático, mas uma prática contínua de preservação.
Nesse processo de mediação, o educador deve fomentar o que se chama de alfabetização ecológica. Capra (2006) argumenta que compreender os princípios de organização dos ecossistemas é fundamental para a sobrevivência da humanidade. O papel do professor é transformar a horta em um laboratório de sistemas vivos, onde se observa que nada é desperdiçado e que cada organismo cumpre uma função vital. "A sustentabilidade é um processo dinâmico de coevolução entre os sistemas sociais e os sistemas ecológicos" (CAPRA, 2006, p. 32). Ao mediar essa percepção, o docente capacita o estudante a ler o mundo não como um conjunto de recursos a serem explorados, mas como uma teia de relações da qual ele faz parte.
A atuação do mediador também é crucial para conectar as atividades práticas aos desafios globais da atualidade. De acordo com Gadotti (2000), a eco pedagogia busca uma reeducação do olhar, promovendo uma cidadania planetária que começa no território local. O professor utiliza o plantio para discutir temas como mudanças climáticas, poluição e justiça ambiental, trazendo esses grandes problemas para a escala compreensível do cotidiano escolar. O canteiro torna-se, assim, um espaço de resistência contra a indiferença, onde se cultiva a esperança de que ações individuais e coletivas podem gerar impactos positivos no equilíbrio da biosfera.
A presença constante do educador como

um modelo de cuidado e paciência é o que transforma o plantio em uma lição de vida duradoura. Quando o professor demonstra entusiasmo ao observar o nascimento de uma nova folha ou ensina a importância de retirar as ervas daninhas sem agredir a planta principal, ele está transmitindo valores que serão replicados pelo aluno em suas relações sociais. Esse exemplo silencioso educa mais do que qualquer discurso teórico, pois mostra que o respeito à natureza é uma escolha diária baseada na observação e na dedicação. A horta escolar torna-se, portanto, um santuário de convivência, onde a autoridade dá lugar à parceria e o conhecimento flui de maneira orgânica através da experiência compartilhada.
Além disso, o professor mediador possui o papel fundamental de celebrar as pequenas conquistas do grupo, reforçando a autoestima e o senso de capacidade das crianças. O momento da colheita, sob a orientação do docente, é transformado em um rito de passagem onde o esforço coletivo é recompensado pela generosidade da terra. Essa celebração ajuda a fixar o aprendizado, associando o cuidado ambiental a sentimentos de alegria e realização. Ao final do processo, o que fica para o estudante não é apenas a informação técnica sobre o plantio, mas a certeza de que ele é capaz de nutrir, proteger e transformar o mundo ao seu redor, consolidando a educação ambiental como uma base inabalável para a sua formação cidadã.
Por fim, a mediação ecológica fortalece o vínculo de confiança entre professor e aluno. Ao trabalharem juntos na terra, as hierarquias tradicionais se horizontalizam em prol de um objetivo comum: a manutenção da vida. Conforme salienta Guimarães (2004), a educação ambiental crítica deve ser dialógica e participativa, permitindo que os estudantes expressem suas dúvidas e hipóteses sobre o mundo natural. O professor, ao validar essas investigações, não apenas ensina sobre plantas, mas forma sujeitos críticos, empáticos e profundamente comprometidos com a construção de um futuro em que a cultura humana e a natureza coexistam em harmonia.

SUSTENTABILIDADE E MANEJO ECOLÓGICO NO PLANTIO

A integração de práticas sustentáveis no manejo do plantio representa um avanço necessário para a preservação dos recursos naturais e a longevidade da produção agrícola. A sustentabilidade no campo não deve ser vista apenas como uma exigência ambiental, mas como uma estratégia de eficiência técnica. Segundo Primavesi (2002), o manejo ecológico do solo é a base para uma agricultura sadia, focando na vida biológica da terra em vez de apenas na sua composição química. "O solo é um organismo vivo; quando respeitamos sua estrutura e biodiversidade, as plantas tornam-se mais resistentes e o sistema produtivo se equilibra" (PRIMAVESI, 2002, p. 45). Portanto, técnicas como a adubação verde e o uso de biofertilizantes são pilares para um plantio resiliente.
Nesse contexto, o controle biológico de pragas e o uso racional da água surgem como alternativas fundamentais ao modelo convencional de alta dependência de insumos sintéticos. Conforme aponta Altieri (2012), a agroecologia oferece ferramentas para que o agricultor trabalhe a favor da natureza, utilizando processos ecológicos para manter a produtividade. Ao diversificar as espécies cultivadas e manter a cobertura morta no solo, o produtor reduz a erosão e aumenta a capacidade de retenção hídrica. "A biodiversidade no sistema de plantio é o seguro natural contra oscilações climáticas e infestações, garantindo a segurança alimentar de forma ética" (ALTIERI, 2012, p. 88).
Além dos benefícios ambientais, o manejo sustentável agrega valor econômico e social à produção. O consumidor contemporâneo busca produtos que possuam rastreabilidade e responsabilidade ecológica, tornando a sustentabilidade um diferencial competitivo no mercado. Conforme ressalta Gliessman (2001), a transição para sistemas sustentáveis exige uma mudança de mentalidade, onde o lucro imediato é substituído pela rentabilidade de longo prazo e pela preservação do ecossistema. A prática do plantio sustentável educa o produtor e a comunidade, reforçando que a terra é um bem coletivo que deve ser manejado com cuidado e visão de futuro.
A aplicação prática do manejo ecológico exige uma observação constante dos ciclos naturais e uma adaptação das técnicas às particularidades de cada

bioma. Ao optar pelo plantio direto, por exemplo, o agricultor evita o revolvimento desnecessário do solo, protegendo a microfauna e reduzindo a emissão de gases de efeito estufa. Essa escolha técnica demonstra que é possível aliar alta produtividade com a conservação da biodiversidade, criando um ciclo virtuoso onde a saúde do solo reflete diretamente na qualidade nutricional dos alimentos colhidos. O plantio, sob esta ótica, torna-se um ato de cuidado com a vida em todas as suas escalas.

Ademais, a sucessão de culturas e o consórcio entre diferentes plantas otimizam o uso do espaço e dos nutrientes disponíveis. Ao plantar espécies com diferentes profundidades de raízes e necessidades minerais, o sistema torna-se autorregulável, diminuindo a necessidade de intervenções externas constantes. Essa inteligência produtiva promove uma maior autonomia para o agricultor, que passa a depender menos de flutuações de preços de insumos químicos. A estética de um campo diversificado e vivo é o registro visual de um manejo que entende a agricultura como parte integrante de uma paisagem maior, onde a produção humana coexiste em harmonia com os processos naturais.

Finalmente, a educação ambiental no campo deve ser o eixo norteador para as próximas gerações de produtores. Incentivar o uso de sementes crioulas e o resgate de saberes tradicionais, unindo-os às inovações tecnológicas de baixo impacto, é o caminho para uma agricultura verdadeiramente moderna. O plantio sustentável não é um retorno ao passado, mas um salto em direção a um futuro em que a tecnologia serve à vida. Ao consolidar estas práticas, o artigo reafirma que o sucesso do plantio está na capacidade do ser humano de atuar como um mediador consciente entre as necessidades da sociedade e os limites do planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das experiências de plantio no ambiente escolar revela que o contato direto com a natureza é um componente insubstituível para a formação de uma consciência ecológica genuína e enraizada na realidade brasileira. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a educação ambiental, quando mediada pela prática do cultivo, deixa de ser um conceito abstrato de preservação para se tornar uma vivência de cuidado e interdependência. O "desemparedamento" da infância e a ocupação dos espaços externos da escola com hortas e jardins sensoriais permitem que a criança desenvolva não apenas habilidades científicas, mas uma sensibilidade ética capaz de reconhecer a vida em suas mais diversas manifestações.

Além do aspecto ecológico, a horta escolar consolidou-se como um território de resgate cultural e afirmação da identidade nacional. O plantio de alimentos nativos e tradicionais oferece aos estudantes a oportunidade de reconectar-se com saberes ancestrais e com a biodiversidade que define o território brasileiro. Esse processo de valorização do patrimônio imaterial é fundamental para a construção de uma autoestima coletiva, onde o aluno passa a valorizar a história de seu povo através da terra que o sustenta. A escola, portanto, cumpre seu papel social ao transformar o ato de plantar em uma lição de soberania alimentar e respeito às matrizes culturais que formam o país.

No que tange à nutrição, as vivências práticas demonstraram ser o caminho mais eficaz para a construção de hábitos alimentares saudáveis e conscientes. Ao participar de todo o ciclo produtivo do alimento, a criança ressignifica sua relação com o que consome, trocando a resistência aos vegetais pelo orgulho da própria colheita. Essa mudança de comportamento é um pilar de saúde pública que a educação artística e ambiental promove de forma lúdica e profunda, combatendo o sedentarismo e a má alimentação através do protagonismo infantil.

Em última instância, conclui-se que o papel do professor como mediador é o que garante a profundidade pedagógica dessas experiências. É através dessa orientação sensível que o plantio deixa de ser uma atividade recreativa para tornar-se um campo de saber interdisciplinar. Reafirma-se a necessidade de que a educação ambiental seja tratada como prioridade nas políticas educacionais, garantindo que as futuras gerações cresçam com a autonomia necessária para cuidar do planeta a partir do cuidado com o próprio território. O plantio escolar, em suma, é uma semente de esperança cultivada no presente para garantir

um futuro em que a cultura humana e a natureza coexistam em equilíbrio, saúde e mútua valorização.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica científica da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ALVARENGA, Marle (Org.). Nutrição Comportamental. Barueri: Manole, 2015.

BIZZO, Maria Letícia Galluzzi. Educação Alimentar e Nutricional: no contexto da promoção da saúde. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2009.

BOFF, Leonardo. Saber Cuidar: ética do humano - compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Educação como Cultura. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

CAPRA, Fritjof. A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Terra. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000.

GANDINI, Lella. As Cem Linguagens da Criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

GUIMARÃES, Mauro. A Formação de Educadores Ambientais. Campinas: Papirus, 2004.

KRENAK, Ailton. A Vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LOUV, Richard. A Última Criança na Natureza: resgatando nossos filhos do transtorno de déficit de natureza. Tradução de Silvana de Campos. São Paulo: Aquariana, 2016.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Promoção da Saúde nas Escolas. Genebra: OMS, 2018.

PRIMAVESI, Ana. Manejo Ecológico do Solo: a agricultura em regiões tropicais. 7. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

TIRIBA, Léa. Educação Infantil como Direito e Alegria: em busca de pedagogias ecológicas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.